

QUALIDADE DE VIDA E TURISMO: SUAS RELAÇÕES E O CASO DE TIRADENTES/MG

Helcio Ribeiro Campos¹

RESUMO

O objetivo deste estudo é averiguar sob quais condições vive a população de Tiradentes, que tem o turismo como atividade econômica principal desde os anos 1980. A partir daí a cidade passou a: receber investimentos públicos e privados que recuperaram seu patrimônio e incrementaram o turismo; atrair turistas e novos moradores, valorizando imóveis na área central; cambiar a população local do Centro para a periferia. No contexto desta “revolução tiradentina”, a qualidade de vida de sua população é analisada. Para mostrar isso, o artigo está dividido em duas seções: a primeira, com apresentação de conceitos e de estudos que procuram indicar as condições de vida, dentre os quais o de *qualidade de vida*, adotado neste artigo; e a segunda, que aponta os efeitos do turismo em Tiradentes por meio de um breve histórico de sua ascensão e de uma análise detida sobre seus corolários, no que tange à qualidade de vida, como: questões culturais; manutenção do patrimônio histórico e natural; segurança da população e dos bens patrimoniais; infraestrutura urbana - dados educacionais, demográficos, ambientais, sobre classes sociais e seus rendimentos, além de políticas públicas intervenientes na qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: QUALIDADE DE VIDA. TIRADENTES. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS. INFRAESTRUTURA URBANA.

¹ Dr. em Geografia Humana pela USP e professor do IF Sudeste de MG. E-mail: helcio.campos@ifsudestemg.edu.br

INTRODUÇÃO

A questão que se põe a partir de uma atividade econômica, como o turismo em Tiradentes, é: houve promoção do desenvolvimento no local? Esta indagação leva a outras, como: a população municipal foi favorecida e se sente incluída nos avanços alcançados? Existem políticas públicas promotoras de qualidade de vida e de qualidade ambiental? Qual o ônus para os seus cidadãos? Vamos nos ater a essas perguntas a título de exemplificação, já que as dúvidas passíveis de levantamento são inúmeras.

Por meio dessas questões iniciais já é possível compreender que a noção de “qualidade de vida” e de “desenvolvimento”, ou ainda quaisquer outras ideias correlatas a estas e até em oposição, como *pobreza, vulnerabilidade social, inclusão e exclusão social, nível de vida* etc. apresentam grande complexidade. Portanto, a noção de “qualidade de vida” é um *constructo*, mas esta sua centralidade e observância social não podem ser tratadas como senso comum. Por causa de tais características citadas – complexidade e particularidades – há uma enormidade de caminhos teóricos e autores neste filão do saber. Além disso, os conceitos supracitados são comumente usados indistintamente.

Assim, este artigo usará parte do cabedal teórico que já foi produzido, contudo não com a preocupação de desenvolver novos conceitos, mas tem o objetivo maior de indicar o que houve, de forma pragmática, em Tiradentes. Em termos metodológicos, o conceito sobre “qualidade de vida” foi adotado. Portanto, este estudo possui duas seções bem claras, mas interdependentes: a primeira, com as contribuições conceituais e suas discussões no campo da qualidade de vida – o conceito norteador deste artigo – e temas correlatos; e a segunda seção, que aponta os efeitos do turismo em Tiradentes, servindo como instrumento de averiguação e conexão do/com o aporte teórico.

QUALIDADE DE VIDA, EXCLUSÃO, DESENVOLVIMENTO HUMANO... VÁRIAS IDEIAS E UM INTENTO

Assim como o título sugere, várias ideias e conceitos foram criados com o escopo de indicar sob quais condições vive uma população. Surgiram em campos distintos do conhecimento, envolvendo geógrafos, economistas, sociólogos, dentre outros, bem como instituições, a exemplo da ONU (com destaque para o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que trabalha com o conceito de *desenvolvimento humano*) e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Estudiosos despontaram em várias partes do mundo e no Brasil em diferentes ciências, como Yves Lacoste, Celso Furtado, Gunnar Myrdal, José de Souza Martins, Amartya Sen e Mahbud ul Haq (os dois últimos são os economistas criadores do IDH, em 1990, usado pelo PNUD desde 1993).

Inicialmente, nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo, uma série de dados estatísticos acerca dos Estados revelou um abismo socioeconômico mundial e a cisão entre países ricos e países pobres. Embora dados nacionais já existissem em vários Estados, como no Brasil, onde o primeiro recenseamento é de 1872, as discussões teóricas avançaram a partir de um cenário mundial e comparativo explicitado nos e pelos indicadores socioeconômicos. Nesse contexto foram desenvolvidas ideias como a do modelo de desenvolvimento dos EUA (urbano, industrial, consumista, o *American way of life*, baseado na aquisição de bens e serviços), a *Teoria da dependência*, os *Ciclos de pobreza* (a *Causalidade Cumulativa* de Myrdal) e a *Teoria do subdesenvolvimento*, tradicional na Geografia.

Foi nesse período que os economistas consagraram a visão de desenvolvimento atrelado à posse de bens e, assim, tornou-se uma senda tradicional o uso de indicadores socioeconômicos. Tal visão é uma das três formas que Sen e Nussbaum (*apud* CROCKER, 1993) utilizam para avaliar as metodologias de averiguação da qualidade de vida. As outras duas focam: 1) em aspectos mentais dos indivíduos, mas negligenciando outros aspectos de seu bem estar; e 2) na satisfação de necessidades físicas, mentais e sociais

da personalidade humana, contudo sem conseguir definir quais seriam tais necessidades. Muitas outras críticas foram feitas a respeito dos aspectos universais e normativos contidos nos indicadores socioeconômicos, criando um modelo – europeu e norte-americano – global de desenvolvimento a ser alcançado e preterindo as diferenças culturais. Abaleron (1986/87) reafirma esta análise e acrescenta que esse quadro leva também a uma transformação dos “satisfatores”, isto é, os meios e as ações desenvolvidas para a satisfação das necessidades físicas, sociais e psicológicas do indivíduo.

Nas décadas seguintes, paulatinamente, foram agregados novos aspectos à mensuração da qualidade de vida – já que inicialmente isto se assentava em demasia sobre aspectos quantitativos e na posse individual ou coletiva de bens e serviços – como o pertencimento social (família, amigos etc.), a qualidade ambiental (questão do entorno onde reside a pessoa), além da observação da qualidade de vida também em espaços menores, como as cidades – o objeto deste artigo – e não somente entre países, como fora realizado preliminarmente. É por isso que o IDH-M (Municipal)² se configura como um desdobramento da criação do IDH (de escala nacional).

De acordo com Morato, Kawakubo e Luchiari (2008, p. 151-152), a Unidade de Pesquisa de Qualidade de Vida da Universidade de Toronto “considera a qualidade de vida como o grau em que uma pessoa desfruta de possibilidades importantes para sua vida”, refletindo a “interação de fatores pessoais e ambientais. O usufruto tem componentes: a experiência de satisfação e posse ou realização”. Os três grandes domínios identificados são: ser, pertencer e tornar-se.

² O IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global. Foi publicado em 1998 (a partir dos dados dos censos de 1970, 80 e 91) e em 2003 (a partir dos dados do Censo de 2000). O indicador pode ser consultado nas edições do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que compreende um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre todos os municípios (PNUD, 2012).

Quadro 1 - Domínios da qualidade de vida da Unidade de Pesquisa de Qualidade de Vida da Universidade de Toronto, Canadá.

Ser (“Being”)	Pertencer (“Belonging”)	Tornar-se (“Becoming”)
O domínio de ser inclui aspectos de quem alguém é e tem três subdomínios. O <i>ser físico</i> , que inclui aspectos de saúde física, higiene, nutrição, exercícios, roupas e aparência física. O <i>ser psicológico</i> inclui a saúde psicológica da pessoa, sentimentos, avaliações sobre si mesmo e autocontrole. O <i>ser espiritual</i> reflete valores pessoais, padrões pessoais de conduta e comportamento espiritual, que podem ou não estar associados com organizações religiosas.	O pertencer inclui a adaptação da pessoa com seus ambientes em três subdomínios. O <i>pertencer físico</i> é definido como as ligações da pessoa com seu ambiente físico, como sua casa, seu local de trabalho, vizinhança, escola ou comunidade. O <i>pertencer social</i> inclui as ligações com o ambiente social e incluem os sentimentos de aceitação pelos outros: família, colaboradores, amigos, vizinhos e comunidade. O <i>pertencer comunitário</i> representa o acesso a recursos normalmente disponíveis para os membros da comunidade, como renda adequada, serviços sociais e de saúde, emprego, programas educacionais e recreacionais e atividades comunitárias.	O tornar-se diz respeito a seguir objetivos propostos para realizar objetivos pessoais, expectativas e desejos. O <i>tornar-se prático</i> descreve as ações do dia a dia, como atividades domésticas, do trabalho, da escola ou atividades voluntárias, tendo em vista as necessidades sociais e para a saúde. O <i>tornar-se lazer</i> , inclui atividades que promovem o relaxamento e a redução do estresse. Inclui jogos de castas, caminhada pela vizinhança, visitas à família, ou atividades de maior duração como férias ou feriados. O <i>tornar-se crescimento</i> promove atividades que aperfeiçoam o conhecimento e a experiência.

Fonte: MORATO *et al*, 2008, p. 152.

Já o PNUD, define que o *desenvolvimento humano* é um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser e “parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana” (PNUD, 2012). Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desde 1993, e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD. Portanto, é um conceito diferente daquele de perspectiva econômica, baseado na produção e no consumo de bens, além da renda, com foco quantitativo destacado. Trata-se de “uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano” (PNUD, 2012).

Este foco sobre o indivíduo, consoante o PNUD (2012), é uma “expressão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural”. Tais escolhas, logicamente essenciais à vida, não excluem outras, como “aquelas referentes à participação política, à diversidade cultural, aos direitos humanos e à liberdade individual não sejam igualmente importantes” (MORATO *et al*, 2008, p. 152). Muitas outras abordagens também valorizam a dimensão do indivíduo. Sen (2002), por exemplo, afirma que o desenvolvimento é um processo ligado à expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, assentadas nos direitos civis e nas disposições socioeconômicas.

Outras observações sobre o IDH são encontradas no próprio sítio eletrônico do PNUD, que o considera um avanço em relação ao PIB *per capita* (que considera apenas a parte econômica do desenvolvimento, mas sobre o qual tece as seguintes análises em autocrítica: 1) “apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da *felicidade* das pessoas, nem indica o *melhor lugar no mundo para se viver*”; 2) “Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH” (PNUD, 2012).

Toda essa discussão conceitual tem verossimilhança, em resumo, com a noção de *necessidades básicas*, subdivididas em *necessidades básicas materiais* (alimentação, moradia etc.) e em *necessidades básicas imateriais* (lazer, cultura etc.). As primeiras relacionam-se bastante com aspectos socioeconômicos e de infraestrutura, tomados em algumas abordagens citadas anteriormente e de cunho econômico. Por outro lado, os aspectos imateriais deixam aflorar questões intrínsecas da individualidade, também já abordadas. Porém, tais coisas perderiam estes contornos tão definidos se discutíssemos o que são *necessidades básicas*, objetivo que não se enquadra neste artigo.

Embora com o avanço conceitual alcançado ao se considerar também aspectos individuais e culturais do desenvolvimento, alguns obstáculos “mostraram-se imperativos, pois o que serve a uma região geográfica, a uma cultura, pode não servir de modelo para outras realidades ambientais”. Assim, dois fatores influenciam a avaliação da qualidade de vida: a dimensão geográfica e a dimensão cultural. “A construção do

conceito e as discussões decorrentes ganharam visibilidade nas últimas décadas, mas nenhum consenso foi atingido de modo satisfatório”, sintetiza Guimarães (2005, p. 15).

AS CIDADES E A QUALIDADE DE VIDA

O interesse pelas cidades nas pesquisas sobre qualidade de vida é relativamente novo, pois acompanha o processo de urbanização da humanidade que, somente no limiar do século XXI anunciou mais pessoas nas cidades que no campo.

Porém, a observação das consequências da urbanização sobre o bem-estar da população atraiu vários pesquisadores desde seu princípio, como Charles Fourier, Robert Owen, Engels, Marx, Rousseau, Adam Smith e Hegel, que “procuraram entender e refletir melhor sobre o fenômeno da urbanização das cidades, que produziu inúmeros preconceitos a partir da divisão social, desenvolvimento físico e qualidade de vida”, denunciando “as perversões urbanas resultantes das corrupções sociais, econômicas e políticas – que ameaçam a democracia, a liberdade, a igualdade social, a solidariedade, o trabalho, a natureza e a vida humana em aspectos gerais” (SOUZA, s/d, p. 3-4).

Os problemas criados pela Revolução Industrial estariam também presentes na cidade moderna do século XX, porém com aspectos ainda mais globais. “Os conflitos sociourbanos eram muitos: redução da oferta de emprego, densidade demográfica, (...) segregação urbana, concentração de renda, (...) lutas de grupos sociais reivindicando salário e qualidade de vida (habitação, educação, saúde, lazer etc.)”. Assim posto, a questão urbana e seus corolários vão ao encontro dos conceitos sobre qualidade de vida já discutidos neste texto, além do envolvimento em “reivindicações (...) relativas aos direitos sociais, direito à liberdade de expressão, direito à cidade” (SOUZA, s/d, p. 5), sendo que tais situações e características chegariam ao restante do mundo, incluindo o Brasil, guardadas as especificidades da urbanização em cada parte do mundo.

A despeito das diferenças encontradas, a cidade do século XXI continua pondo em xeque a qualidade de vida de forma global, mas sobretudo em países pobres, onde as desigualdades socioterritoriais são patentes, produzindo extraterritorialidades, a exemplo das favelas brasileiras. “O capitalismo monopolista agrava a diferenciação

quanto à dotação de recursos, uma vez que parcelas cada vez maiores da receita pública se dirigem à *cidade econômica* em detrimento da *cidade social*". Dessa maneira, a "lei da escassez se afirma, então, com mais força, e ampliam-se as diferenças existentes" (SANTOS, 2009, p. 107).

A pobreza nas cidades espalhou-se mundialmente como resultado gradativo do processo de urbanização, influenciando os vários conceitos criados sobre pobreza. "Sua perspectiva inicial consistiu em elencar um conjunto de indicadores através dos quais pudesse ser definida uma fronteira a separar pobres e não pobres. Esta zona limite é conhecida como linha da pobreza". Por isso que a "a construção e a delimitação das linhas de pobreza têm variado em função da perspectiva adotada para abordar e ou mensurar a pobreza" (PIZZIO, 2010, p. 98). Esta linha tem sido bastante usual e constantemente aprimorada, a exemplo da CEPAL e do Banco Mundial. Este último afirma que a pobreza está associada a três fatores: localização numa área pobre; baixa escolaridade; e família numerosa. O PNUD passou a incorporar os aspectos microeconômicos da pobreza, sob influência das ideias de Amartya Sen, como a participação política. A linha da pobreza estabelecida pelo Banco Mundial tem sido aplicada em muitos estudos que buscam mensurar a pobreza em um determinado país ou região. Em termos monetários, seu valor tem variado entre US\$ 1/dia e US\$ 2/dia. Segundo a CEPAL (2006), o equivalente mensal das linhas da pobreza varia entre 45 e 157 dólares nas áreas urbanas, e entre 32 e 98 dólares nas áreas rurais.

As pesquisas acerca da qualidade de vida elencam uma série de indicadores e fatores ligados à infraestrutura (como redes de água e de esgoto), aos aspectos socioeconômicos, culturais e demográficos (dados sobre densidade da população, mulheres chefe de família, renda e emprego, longevidade etc.) e a tantas subcategorias que podem ser suscitadas com a finalidade operacional de classificar e hierarquizar como vivem populações, servindo para nortear planejamentos governamentais e privados, além de ações de grupos sociais organizados que reivindicam melhorias por parte do poder público. "A utilidade de indicadores é amplamente reconhecida uma vez que no plano da formulação e implementação da política social necessita-se ter clareza

da população que se deseja focalizar”, além de “outras questões como a previsão de custo e a avaliação de seus impactos” (PIZZIO, 2010, p. 101).

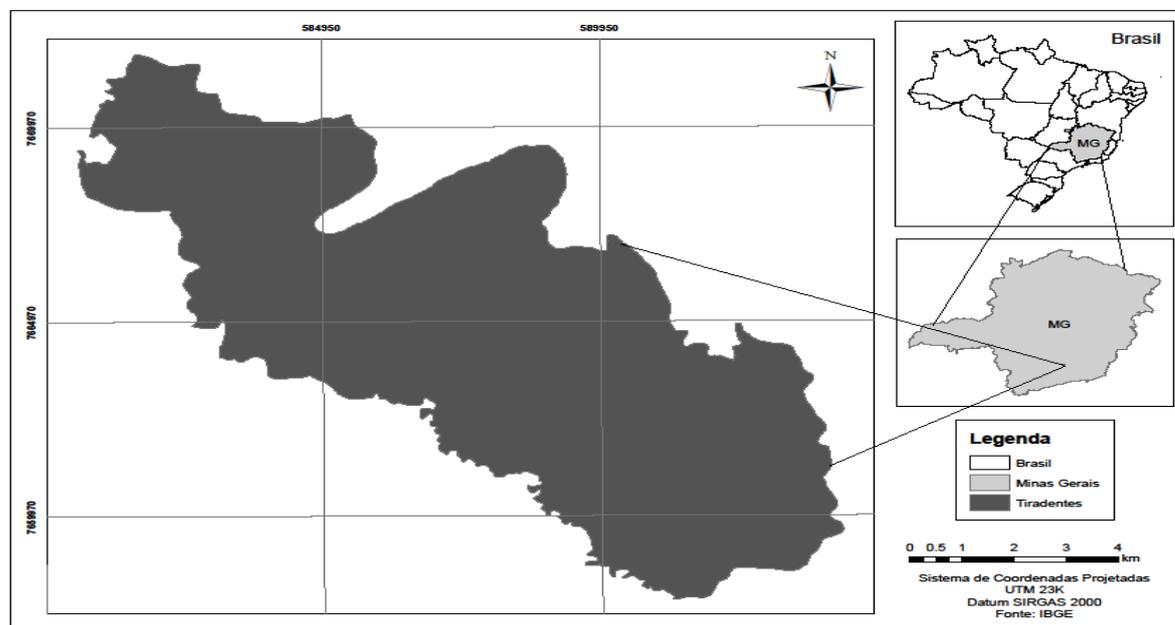
Assim, é possível concluir que esta plêiade de indicadores tem o mérito de nortear as pesquisas sobre a qualidade de vida em espaços urbanos e, por isso, alguns deles estão incluídos neste estudo sobre Tiradentes, onde o turismo é a principal atividade econômica e, portanto, é o item mais dinâmico na composição positiva ou negativa da qualidade de vida, além, é claro, do poder público. Este tema está exposto na seção seguinte. Neste artigo, a qualidade de vida é considerada, em suma, a partir de itens infraestruturais e itens individuais (cultura, liberdade, pertencimento etc.) promotores de bem estar e aplicados para o caso dos tiradentinos.

A QUESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM TIRADENTES-MG

A tomada de Tiradentes como parte empírica desse artigo vincula-se ao incremento notável do turismo na cidade. Ao deixar de ser um local a mais (e secundário) no contexto turístico mineiro e passar também ao seu protagonismo, Tiradentes acelerou suas transformações socioeconômicas e políticas, afetando seu equipamento urbano e, logo, a qualidade de vida disponível para a população local. Por tal razão, a cidade foi o objeto de estudo eleito para este artigo.

Vários itens e fatores intervenientes na qualidade de vida da população local foram destacados a seguir no texto, com o fito de mostrar um elo entre os conceitos já arrolados e o elenco de variáveis que, na prática, indicam o caminho que a qualidade de vida tem assumido em Tiradentes.

Mapa 1 – Localização do Município de Tiradentes em Minas Gerais e no Brasil.



Fonte: o autor, 2017.

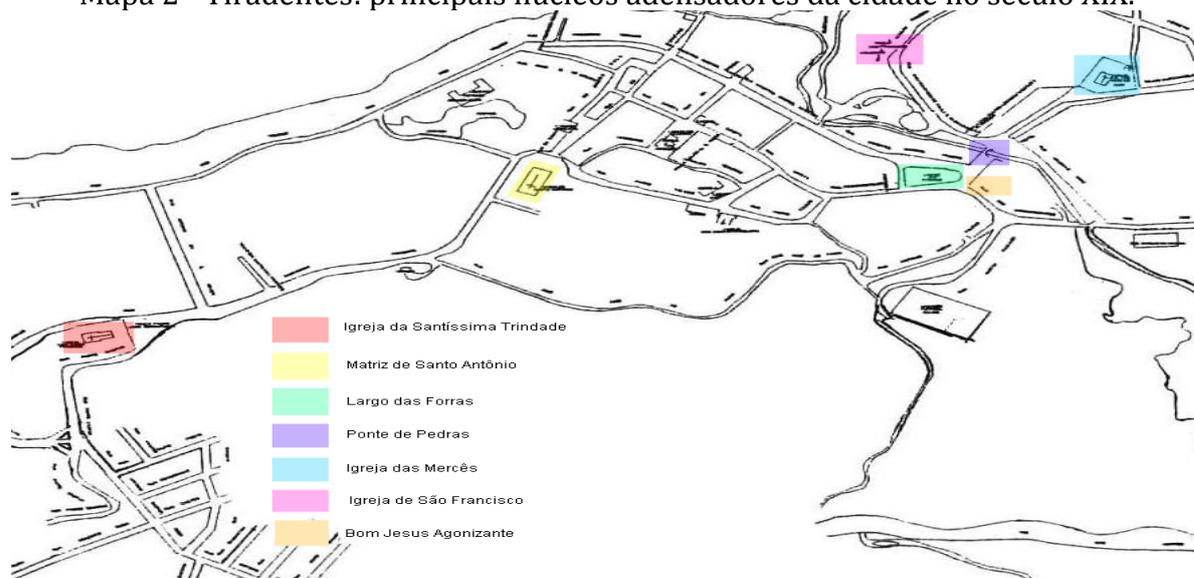
A história socioeconômica, demográfica e urbana de Tiradentes pode ser dividida em dois momentos: antes e depois do advento do turismo. O primeiro, até o final da década de 1970, mostra uma cidade que viveu o apogeu e a decadência da atividade mineradora e da pecuária até meados do século XX, quando, logo em seguida, já nas décadas de 1960 e 1970, o turismo começava a despontar na cidade. O segundo momento, derivado da hegemonia econômica que chegou com o turismo, foi fortalecido a partir dos anos 1980.

Portanto, a cidade teve o século XX marcado pela lentidão das transformações socioespaciais até a sua primeira metade; viveu um período de transição nos 60 e 70; e uma aceleração sem precedentes já no final do século XX. A partir daí começa a surgir uma combinação de fatores e atores que mudarão a feição do viver em Tiradentes, alterando seu equipamento urbano, o perfil e o número de seus habitantes, as opções de lazer e de cultura, o envolvimento de políticas públicas e privadas nessas transformações, tudo isso, enfim, e de modo complexo, influenciando a qualidade de vida em Tiradentes.

BREVE EXPOSIÇÃO DE COMO ERA TIRADENTES ATÉ O ADVENTO DO TURISMO³

Tiradentes surgiu em 1702, por meio da descoberta de ouro pelos paulistas nas encostas da Serra de São José, que delimita o norte da cidade. Foram as edificações religiosas e públicas que determinaram os arruamentos e a teia urbana. Data do século XVIII a definição urbanística da futura cidade de Tiradentes, com a maior concentração de edificações ao longo da via principal (que saía da Matriz em direção ao Chafariz), erguidos no apogeu da fase do ouro na cidade, quando várias outras edificações públicas e religiosas foram construídas. A decadência veio no final dos oitocentos.

Mapa 2 - Tiradentes: principais núcleos adensadores da cidade no século XIX.



Fonte: CAMPOS, 2006, p. 36.

Durante parte do século XIX Tiradentes sofreu uma grande estagnação econômica, perdurando até meados do século XX. Os moradores começaram a se dedicar à agropecuária e ao artesanato de prata (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 30). No início do século ocorre um refluxo populacional na então Vila de São José e o modo de vida da população tornou-se basicamente rural, ao contrário do período de apogeu com o ouro,

³ Cf. Araújo (2004), Campos (2006), Oliveira (2004) e Pellegrini Filho (2000).

em que aflorava a vida urbana. De 1816 a 1827 houve uma desvalorização de cerca de 40% dos imóveis urbanos, quando chegou a perder a categoria de vila em 1848 (ficou subordinada a São João del Rei, tornada cidade desde 1838), mas logo recuperada em 1849. Em 1860 Tiradentes passou a ser considerada cidade. Registra-se que muitas casas foram fechadas e que muitos habitantes da Vila de São José migraram para São João del Rei, que se desenvolvia devido ao crescimento do comércio (ARAÚJO, 2004, p. 9). Tiradentes adentrou o século XX em franca decadência. Em 1900, a cidade possuía 11 ruas e 5 praças. A população, que nos tempos abastados chegara a mais de 4.000 habitantes, foi reduzida a apenas 1.236 moradores em 1920.

Nas décadas de 1950 e de 1960 iniciou-se a confecção de joias artesanais, usando a prata como matéria-prima. Foi essa nova atividade econômica que fez Tiradentes se levantar novamente e superar a fase decadente. Porém, a concorrência aumentou e a qualidade caiu. Quando os grandes centros urbanos começaram a industrializar as joias, a cidade voltou à estagnação conhecida após o término da mineração, assevera Pellegrini Filho (2000, p. 35). Hoje, poucas lojas de artesanato de prata existem no local.

A partir daí o turismo ocupou o lugar central na economia local, afetando integralmente a cidade, em termos culturais, sociais, ambientais etc. A estratégia da Prefeitura Municipal de Tiradentes concentrou-se sobre a criação de eventos, como a Mostra de Cinema e o Festival Gastronômico, ambos iniciados em 1998. O objetivo era tornar a cidade independente da demanda turística oriunda de São João del Rei, já que Tiradentes entrava na programação de sua cidade vizinha apenas como um item a mais e facilitado pela curta distância, apenas 14 km, com a opção de ser percorrida pela velha maria-fumaça, a mais antiga em atividade em toda a região. Os atrativos incluem patrimônios histórico-cultural (arquitetura barroca setecentista) e natural (Área de Proteção Ambiental da Serra de São José), e ainda os festivais de Gastronomia e de Cinema, o Carnaval e as datas religiosas. Além dos eventos, a cidade foi promovida nas diversas mídias, sobretudo pela sua utilização como “cenário” para produções de TV. A promoção através de revistas especializadas em turismo, *folders*, *sites* e divulgação da cidade em palestras e fóruns que discutem o turismo em cidades históricas, acrescentaram “visibilidade” a Tiradentes.

Tiradentes passou, então, a: 1) receber investimentos públicos e privados que recuperaram seu patrimônio e incrementaram o turismo; 2) atrair turistas e novos moradores, valorizando imóveis na área central, que ficou gentrificada; 3) mudar a população local do Centro para a periferia (onde a cidade vem se expandindo com rapidez) por meio da venda e do aluguel de seus imóveis; 4) ter problemas semelhantes aos de cidades maiores, como especulação imobiliária exponencial e dificuldades de estacionamento (durante os períodos de pico turístico). No contexto dessa “revolução tiradentina”, é que iremos analisar a qualidade de vida de sua população.

O PERÍODO TURÍSTICO E OS ITENS SOB AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM TIRADENTES

O turismo em Tiradentes está calçado sobre a decadência econômica vivida entre os séculos XVIII e XX, responsável pelo “abandono da cidade”. Isso proporcionou poucas mudanças em seu Centro Histórico. A pobreza do passado conduziu Tiradentes diretamente para a integração dos mercados e dos lugares, através de um patrimônio que sobreviveu amparado por sua pobreza e que agora está valorizado. Mas, e as condições de vida... como ficaram?

A opção por alguns itens aqui selecionados relaciona-se com a complexidade que envolve a qualidade de vida. Assim, na impossibilidade de abarcar integralmente o assunto, optou-se por focar em aspectos considerados relevantes, como: o equipamento urbano tiradentino – ou a falta dele e de sua manutenção – manifesto na oferta de habitação, de equipes de saúde e hospitais; no lixo nas ruas; nos níveis médios de renda e de escolarização etc., são alguns dos itens abordados nesta seção e que estão inseridos, em maior ou menor grau, nas conceituações apresentadas acerca da qualidade de vida.

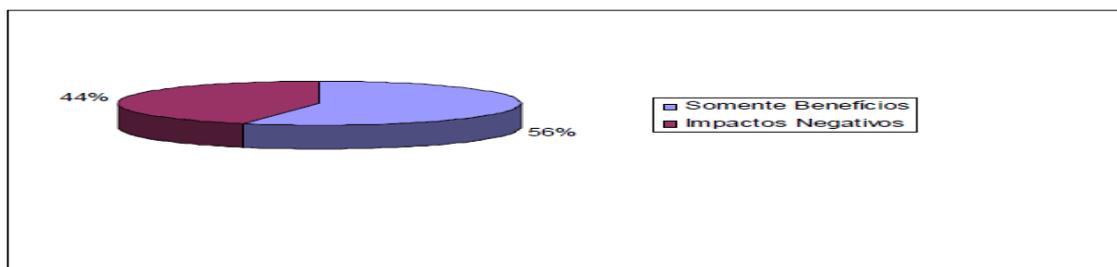
A) COMO OS TIRADENTINOS PERCEBEM O TURISMO E SEUS COROLÁRIOS?

Ao introduzir com a perspectiva da percepção por parte dos moradores de Tiradentes, o escopo foi trazer à tona os diferentes aspectos que ela envolve e que estão

diretamente envolvidos na noção de qualidade de vida, pois são mencionadas questões de ordem social, política, ambiental etc. Assim, não se trata de observar simples opiniões, como se poderia pensar inicialmente, mas sim de legitimar e dar parâmetros ao conceito de qualidade de vida, o qual também se põe por meio dos aspectos individuais, como o pertencimento, as opções culturais e a liberdade.

Em uma pesquisa de julho de 2006, Ramos *et al* entrevistaram os donos de todos os restaurantes e de alguns bares do Centro Histórico. A despeito da tendência terciária da região central, foram estes os resultados sobre a percepção dos impactos produzidos pelo turismo na cidade: “constatou-se que 56% dos empreendedores acreditam que o turismo só trouxe benefícios para a cidade, o restante, 44%, relatam que a atividade também ocasiona impactos negativos” (RAMOS *et al*, 2009).

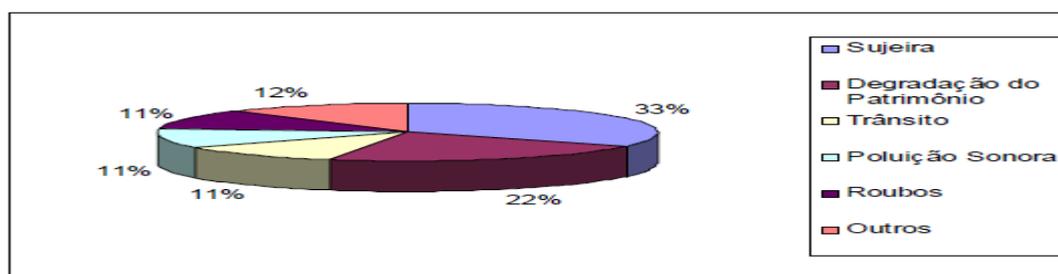
Gráfico 1 - Percepção dos impactos causados pelo turismo em Tiradentes – 2009.



Fonte: RAMOS *et al*, 2009.

Dentre os aspectos negativos identificados, lixo e vandalismo/dilapidação patrimonial lideraram as insatisfações, conforme o gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Impactos negativos causados pela atividade turística em Tiradentes – 2009.



Fonte: RAMOS *et al*, 2009.

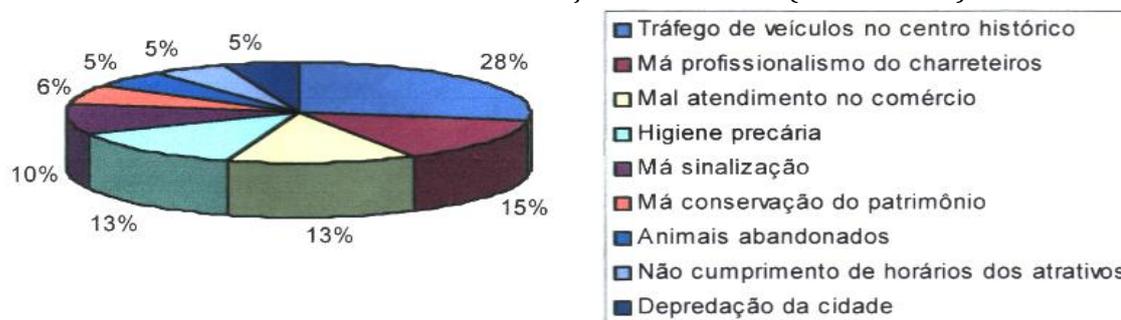
Os resultados anteriores podem ser comparados com um levantamento organizado pela própria Secretaria Municipal de Turismo (SMT), entre 2000 e 2005, com os turistas e suas principais insatisfações durante a permanência em Tiradentes. Apesar de os possíveis interesses distintos entre nativos e visitantes quanto ao turismo, as percepções têm pontos convergentes (como a preocupação com o patrimônio), embora com proporções diferenciadas.

Segundo a SMT, 2005 (*apud* CAMPOS, 2006, p. 17-18), a origem dos turistas evidencia uma dupla tendência: os núcleos emissores de turistas são aqueles geograficamente mais próximos e com maior poder aquisitivo. A maior parte dos turistas é proveniente do Sudeste, com forte emissão a partir de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Os capixabas formam uma exceção.

Após o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste são as regiões que mais contribuem com o fluxo de turistas para Tiradentes. Seguindo as tendências indicadas acima, Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina são os maiores emissores, pois contam com populações de considerável poder aquisitivo, enquanto o Distrito Federal apresenta a maior renda “per capita” entre as unidades administrativas. As regiões Norte e Nordeste são as que menos turistas levam a Tiradentes.

Em escala internacional, os europeus em conjunto – mas sobretudo espanhóis, franceses, italianos e alemães – além de estadunidenses e argentinos, compõem o grupo de estrangeiros mais frequentes em Tiradentes, confirmando as tendências de atração acima reveladas ligadas à proximidade geográfica e aos maiores níveis socioeconômico e cultural. Dentro da América do Sul, por exemplo, os países de maior IDH são os maiores polos emissores de turistas, ou seja, Argentina, Chile e Uruguai. Pela mesma razão, mais turistas são oriundos dos países ricos.

Gráfico 3 - Tiradentes: Reclamações dos turistas (2000 a 2005).



Fontes: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, 2005 e CAMPOS, 2006, p. 91.

Contar com um patrimônio turístico importante como o de Tiradentes, coloca em questão a segurança e a conservação dos bens naturais e arquitetônicos, preocupação que retroage aos anos 1970 e 1980, quando a SAT – Sociedade dos Amigos de Tiradentes – e a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, estavam empenhadas com a restauração do patrimônio arquitetônico (CAMPOS, 2006, p. 85). Tal ação contou com investimentos públicos e privados.

Vale ressaltar que tais esforços são tentativas de complementar a ação de tombamento iniciado nos anos 1930, quando o Governo Federal sai em busca da caracterização da “brasilidade”, de uma identificação cultural comum. Em 1938, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) promoveu o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de Tiradentes, na esteira do Movimento Modernista, que alavancou a discussão interna no Brasil a respeito da cultura nacional, da necessidade de preservação da memória e do patrimônio. Em 1938, as cidades mineiras de Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Tiradentes, Serro e Diamantina foram tombadas em conjunto, por possuírem características históricas, estéticas e estilísticas representativas da “autêntica cultura nacional” (CAMPOS, 2006, p. 83-84). As características do conjunto arquitetônico de Tiradentes ficaram conservadas em moldes dos séculos XVII e XVIII, sendo feitas apenas restaurações nas fachadas e interiores de inúmeros casarios e igrejas, e ruas da cidade.

A maioria dos casarios foi transformada em hotéis, pousadas, restaurantes, lojas de artesanato e museus, poucos ainda são mantidos como residência. A população local,

percebendo a valorização dos imóveis do Centro Histórico, passou a alugá-los ou a vendê-los para os forasteiros e a mudar-se para a periferia.

O conjunto arquitetônico tiradentino convergiu outros pontos nas pesquisas citadas: os cuidados com a sua manutenção e, de forma projetada, com a própria imagem da cidade. Assim, dos turistas ouvidos pela Secretaria Municipal de Turismo (2005), 28% se incomodavam com o tráfego de veículos no Centro Histórico, 13% com a higiene precária e 6% com a conservação inadequada do patrimônio, perfazendo 47% das reclamações concentradas em apenas 3 delas, ao passo que as outras 6 juntas atingem os 53% restantes. Entre os comerciantes tiradentinos, a situação indica pontos coincidentes com o relato anterior, pois 88% dos percalços criados pelo turismo são creditados a somente 5 fatores: sujeira (33%), degradação do patrimônio (22%), trânsito, poluição sonora e roubos, com 11% cada (RAMOS *et al*, 2009).

Quanto ao aspecto da identidade cultural, a população de Tiradentes reclama ainda das modificações ocorridas no Carnaval, antes realizado com a saída de blocos e de bandas típicas, mas agora tomado por música mecânica (funk e axé) nos palcos e nos carros de turistas no Largo das Forras, a principal praça da cidade.

A Semana Santa apresenta atrativos religiosos, como encenação na sexta-feira, da Crucificação e Descendimento da Cruz, de Jesus Cristo, na frente da matriz, e, logo em seguida, a Procissão do Enterro. É um evento realizado com muita seriedade e respeito. O vigário e sacerdotes estão sempre presentes e pessoas da comunidade tiradentina representam as figuras bíblicas. A Banda Ramalho e o Coral de Senhoras Tiradentinas cantam durante toda a celebração. Giovannini Jr. (2001) argumenta que os eventos religiosos, para alguns turistas, representam uma maneira de adquirir cultura, em que podem conhecer o sagrado através da religião de uma comunidade, mas também pode acontecer o inverso: a motivação faz com que a religiosidade se transforme em atração turística, em função do interesse ser apenas histórico-cultural e não sagrado. “Assim, surge uma realidade em que símbolos de devoção religiosa podem adquirir outro sentido, o de patrimônio cultural” (GIOVANNINI JR., 2001, p. 153). O turista tem o poder de transformar as tradições folclóricas em atrações que fazem parte dos próprios desejos. Alguns moradores não souberam explicar, consoante Campos (2006, p. 66), o

motivo de as Pastorinhas e de a Folia de Reis não terem saído às ruas em natais dos últimos anos, mas acreditam que o interesse das pessoas por tal tipo de folclore esteja desaparecendo com o tempo.

O Festival de Gastronomia exclui, quase que totalmente, a participação dos moradores, pois é um evento caro, destinado ao público de alto poder aquisitivo. Geralmente, os tiradentinos trabalham no evento. Segundo o idealizador do evento, Ralph Justino, “o Festival de Gastronomia é destinado aos turistas de alto poder aquisitivo. Ele foi criado com essa intenção, de modificar o público de Tiradentes. Então, geralmente eles não podem pagar, mas podem demonstrar sua arte culinária” (CAMPOS, 2006, p. 69).

B) MANUTENÇÃO PATRIMONIAL DE TIRADENTES E A SEGURANÇA DE NATIVOS E TURISTAS

A importância e a atratividade do patrimônio turístico de Tiradentes foram mensuradas por Mário Jorge Pires (2001) através da metodologia da "alavancagem múltipla", também utilizada no livro *Turismo cultural em Tiradentes*, em que Pires contribui com seu autor, Américo Pellegrini Filho. O reduzido espaço entre seus bens no Centro Histórico praticamente anulou os inibidores geográficos, isto é, qualquer tipo de entrave à circulação de turistas. Assim, a conectividade e a concentração dos recursos em uma área urbana pequena, receberam pontos elevados na metodologia em questão (PIRES, 2001, p. 117).

Contudo, destacam-se duas ressalvas diante desse quadro positivo: a primeira deriva de Campos (2006, p. 59), ao observar, em contato com a população local, que a maioria dos atrativos, principalmente culturais, não é visitada constantemente pelos moradores. Eles frequentam as igrejas para assistirem missas ou quando são realizados eventos religiosos, mas, em geral, não têm tempo para praticar o turismo, pois trabalham durante toda a semana para atender aos turistas que regularmente visitam a cidade. A segunda ressalva é que Tiradentes possui problemas como a falta de banheiros públicos e de estacionamentos perto dos locais de visitação, bem como o da segurança.

O Carnaval em Tiradentes vem trazendo preocupações aos moradores, no que se refere aos pequenos roubos, mas sobretudo pela falta de banheiros públicos, o que induz a população a urinar em plena rua; além da evidente manutenção da imagem da cidade (leia-se patrimônio arquitetônico) em um momento de grande atração de turistas, em que uma parte do núcleo histórico fica fechada ao trânsito de veículos automotores. Os dados do Ministério das Cidades e do DENATRAN (IBGE, 2010) indicam alto percentual de veículos automotores em comparação com a população municipal: 0,41 veículo/hab. ou 41,13 veículos para 100 moradores. Com isso, a poluição ambiental e a dificuldade de se obter vagas de estacionamento aumentam em Tiradentes.

Tabela 1 - Frota municipal de veículos em Tiradentes - 2010.

Tipos de veículos	Quantidade	Percentual
Automóveis	1454	50,8
Caminhões	75	2,6
Caminhões-Trator	4	0,1
Caminhonetes	254	8,9
Microônibus	93	3,2
Motocicletas	15	0,5
Motonetas	829	29,0
Ônibus	127	4,4
Tratores	12	0,4
Total	2.863	100,0

Fonte: MINISTÉRIO DAS CIDADES - Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), 2010.

Durante os dias de grande demanda turística, as ruas da cidade, sobretudo as do Centro Histórico, ficam tomadas por veículos particulares e coletivos. Já em "dias comuns", até grandes caminhões transitam por essas mesmas ruas, prejudicando o calçamento de lajes e colocando em risco as construções. No entanto, o artigo 177 da Lei Orgânica de Tiradentes (2002, p. 47) trata do trânsito veicular na cidade: no Centro Histórico de preservação máxima⁴, não se permitirá o trânsito pesado constituído por ônibus, caminhão, carreta, cavalo-mecânico ou veículos similares. Tal irregularidade é decorrente dos interesses dos comerciantes que têm seus estabelecimentos no Centro,

⁴ A área de preservação máxima é formada 20 ruas e logradouros, segundo o Ato das Disposições Transitórias, em seu artigo primeiro (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TIRADENTES, 2002, p. 48).

contrários ao fechamento dessa região da cidade ao trânsito veicular, sob alegação de queda acentuada nas vendas destinadas aos turistas (CAMPOS, 2006, p. 90). O panorama exposto conflui para uma nova contradição, nos termos da lei, já que o turismo é reconhecido como uma forma de promoção e de desenvolvimento local no artigo 165 da própria Lei Orgânica do Município de Tiradentes (2002, p. 46).

Contar com um patrimônio turístico de monta, como o de Tiradentes, coloca em questão a segurança dos bens naturais, arquitetônicos e das populações fixa e flutuante. Assim, por iniciativa da SAT e da Prefeitura Municipal houve uma campanha em prol da segurança dos monumentos históricos contra roubos. "Tiradentes foi uma das primeiras cidades históricas mineiras a ter seus monumentos protegidos por sistemas de segurança", arremata Jorge Oliveira (2004, p. 143). Por outro lado, há serviços ainda precários: a polícia civil é também responsável pelos municípios de Santa Cruz de Minas e São Vicente de Minas, sendo este distante cerca de 100 km. A polícia militar conta com um tenente que comanda 20 homens (CAMPOS, 2006, p. 85).

A fim de combater tais precariedades, em 1992, foi criado o Corpo de Bombeiros Voluntários (CBV - Tiradentes) para a prevenção e o combate a incêndios nas áreas rural e urbana. A preocupação é maior com a área urbana, pois há o uso intensivo de madeira nas construções dos séculos XVIII e XIX. O CBV possui, atualmente, 30 integrantes voluntários, que recebem instruções periódicas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. O seguro de vida dos voluntários é patrocinado pela Prefeitura Municipal de Tiradentes. O CBV desenvolve atividades de conscientização junto à população e de cooperação com os bombeiros de cidades vizinhas da APA - Área de Proteção Ambiental, da Serra de São José. A Brigada é o único meio de proteção do patrimônio cultural e natural de Tiradentes no que se refere aos incêndios: colaborou no combate ao incêndio no sobrado onde nasceu Tancredo Neves (em São João del Rei), além de um incêndio intencional, realizado por rapazes da população local em um trecho da Serra de São José. Nesse episódio, em agosto de 1997, foi a vez da Brigada de Voluntários de Tiradentes ser ajudada: participaram os colegas de São João del Rei e de Lavras (CRUZ, 1997, p. 3).

Os bombeiros são voluntários duas vezes: a primeira, na atividade de bombeiro, e, a segunda, quando promovem campanhas para obter recursos que mantenham a

sobrevivência do CBV, pois este não recebe nenhuma subvenção dos poderes públicos municipal, estadual ou federal.

Apesar de toda a importância do patrimônio histórico-arquitetônico para Tiradentes, os casos de negligência, roubo e desaparecimento de obras e documentos são comuns. Vejamos alguns dos problemas que assolam o patrimônio da cidade:

- livros e outros pertences da igreja foram queimados, na década de 1960, com a aquiescência do padre Adriano Bayngs, alegando que eram coisas obsoletas, trastes;

- móveis, imagens sacras e outros objetos antigos foram comprados por estrangeiros que se fixaram na cidade nos anos 1960 e 70. Até da Matriz de Santo Antônio, a mais importante das igrejas da cidade, saíram móveis vendidos (PELLEGRINI FILHO, 2000, p. 4-5);

- diversos roubos de imagens sacras dos séculos XVIII e XIX marcam a violência contra a cultura nas cidades históricas, incluindo as igrejas de Tiradentes;

- as igrejas católicas de Tiradentes são mantidas por suas respectivas irmandades, "(...) sabem seus integrantes com que esforço... Falta um serviço de atendimento das necessidades óbvias na manutenção de monumentos culturais, antes que seja tarde", afirma Pellegrini Filho (2000, p. 06). Para efeito de comparação, vale ressaltar que a Matriz de Santo Antônio – o principal bem arquitetônico e histórico da cidade – enfrentou sérias crises e, em uma delas, nos anos 1970, parte de seu telhado cedeu.

Essa é uma reflexão de enorme interesse para a garantia e proteção do patrimônio de Tiradentes, evitando-se uma futura mudança gradativa da ambiência da cidade, mas que ao longo de um processo de pequenas e contínuas interferências, compõem ou podem compor um quadro de vandalismo cultural que ninguém quer, turistas ou nativos.

C) INFRAESTRUTURA URBANA E IDH-M

As características da estagnação estiveram bem delineadas até o final da década de 1970, conforme é possível depreender a partir das seguintes informações

socioeconômicas acerca de Tiradentes, oriundas do Plano de Organização Espacial e Preservação do Centro Histórico de Tiradentes, da Secretaria de Estado do Planejamento (FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980):

- havia uma dependência marcante de Tiradentes para com São João del Rei: consta que inúmeras pessoas trabalhavam e estudavam na vizinha cidade (distante apenas 14 Km), e somente a população mais pobre se abastecia do comércio local e de consumo imediato. Até o pão vinha de São João del Rei!

- Atualmente, tal dependência é menor: há uma demanda sobre os serviços educacionais de São João de Rei, como no caso de sua Universidade Federal, para ficar no mesmo tipo de exemplo da FJP;

- No setor turístico, exceto durante a Semana Santa e o Carnaval, os hotéis e restaurantes ficavam permanentemente com capacidade ociosa. Existiam apenas 4 hotéis na cidade;

- Tiradentes contava somente com escolas de ensino fundamental. A demanda pelo ensino médio era absorvida por São João del Rei. Em meados da década de 1980, a cidade já contava com ensino médio e nos anos 2000 passou a ter seu primeiro curso de graduação (Normal Superior). Segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2009), este era o quadro da educação no Município:

Tabela 2 - Educação em Tiradentes segundo o INEP.

Nível de ensino	Nº de escolas	Percentual	Nº de matriculados	Percentual
Pré-escola	7	46,67	166	13,1
Fundamental	7	46,67	967	76,4
Médio	1	6,66	133	10,5

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Censo Educacional, 2009.

O IBGE (2011) afirma haver programas para criar salas multifuncionais, para a formação continuada de professores na educação especial e o combate à discriminação, mas não para a ampliação da acessibilidade nas escolas. Os detalhes sobre o Plano Municipal de Educação estão expostos a seguir.

Quadro 2 - Plano Municipal Educacional – Tiradentes, 2010.

Plano	Existência do plano
Ensino Fundamental, Educação Infantil, EJA, Educação Ambiental.	Sim
Educação Especial, Ensino Médio, Profissionalizante e Superior.	Não

Fonte: IBGE, 2010.

A cidade não contava com um médico residente e apenas os beneficiários do FUNRURAL tinham atendimento médico e odontológico, mas apenas duas vezes por semana. A ausência de flúor na composição da água potável de Tiradentes provocava uma grande incidência de cáries, fazendo com que muitos jovens com menos de 20 anos fossem atendidos pelos "práticos" e já usassem dentaduras (FJP, 1980). Atualmente, a cidade possui um equipamento recentemente inaugurado, classificado entre posto de saúde e hospital, a Santa Casa de Saúde, tendo 21 leitos. Porém, não há em Tiradentes maternidade – incluindo registro civil de nascimento – e unidade de emergência (IBGE, 2011).

Funciona em Tiradentes o Programa de Saúde da Família (PSF), composto por uma equipe de 9 agentes, 1 médico, 1 enfermeiro de nível superior e 1 de nível técnico, além de 1 motorista, atuando nas áreas rural e urbana. O programa abrange desde o acompanhamento de puericultura (até os 6 anos de idade) até o controle da desnutrição, higiene e outras anomalias em adultos e idosos (OLIVEIRA, 2004, p. 140). Em menos de 10 anos, o PSF foi incrementado: há 2 equipes, compostas por 2 médicos, 2 enfermeiros e 3 odontólogos cada (IBGE, 2011). Há uma farmácia, no Largo das Forras, que possui também funcionamento sob plantão em horário noturno, mas não havia farmácia popular (IBGE, 2011).

No início dos anos 1980, a perspectiva da economia local era limitada, pois não existiam condições para a sua dinamização sem o aporte significativo de capitais externos ou alterações determinadas institucionalmente.

O que se pode concluir é que a infraestrutura da cidade é insuficiente tanto para a população residente como para a população flutuante, sendo que esta chega a ser até 6 vezes maior que aquela durante os principais eventos locais, como o Carnaval, por exemplo. Assim, é possível entender o porquê de vários postos de trabalho não ficarem

nas mãos de tiradentinos e também o domínio do principal eixo comercial da cidade (localizado, sobretudo, no Largo das Furras e na Rua Direita) por parte dos ETs - os extratiradentinos ou estranhos de Tiradentes (designação dada pela população nativa aos imigrantes que aportaram na cidade com mais intensidade nas últimas três décadas).

Essa carência de infraestrutura é que pode explicar a seguinte situação demográfica de Tiradentes: em 1920 possuía 1.236 habitantes, contra 1.142 em 1950. A população migrava para outras cidades em busca de melhores condições de vida. Porém, com a afirmação da atividade turística nas décadas subsequentes, Tiradentes passa a ter índices elevados de acréscimo populacional (IBGE, 2010): na casa dos 20% entre as décadas de 1950 e 90; 44% de 1990 para 2000, e 67% de 2000 para 2010. Em termos absolutos, sua população era de 1.142 em 1950, e atingiu 6.961 habitantes em 2010.

Além da população, o acréscimo de qualidade de vida também pode ser verificado. Houve uma evolução do IDH-M, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Esse índice é baseado no IDH, usado pela ONU a fim de medir a qualidade de vida obtida pela população de um determinado país. O IDH-M é adaptado para avaliar a qualidade de vida nas cidades, levando em consideração a educação (tempo de escolarização), a longevidade e a renda média dos habitantes do município em análise⁵.

Tabela 4 - IDH-M de Tiradentes (1991 - 2000).

IDH-M	1991	2000	2010
Total	0,672	0,773	0,74
Renda	0,588	0,702	0,741
Longevidade	0,659	0,772	0,885
Educação	0,768	0,845	0,619

Fonte: IBGE, 2010.

⁵ Tal índice varia de zero (nenhum desenvolvimento) até um (desenvolvimento total), permitindo a seguinte classificação: de 0,800 a 1,000 (alto nível de desenvolvimento); de 0,500 a 0,799 (médio nível de desenvolvimento); e de 0,000 a 0,499 (baixo nível de desenvolvimento).

Tabela 5 - Escolaridade do Responsável Familiar.

Escolaridade do Responsável Familiar	Percentuais
Básico Incompleto	29
Básico Completo	44
Fundamental	8
Médio	12
Superior	5
Mestrado/Doutorado	2

Fonte: CAMPOS, 2006, p. 115.

Tabela 6 - Classes Sociais de Tiradentes – 2004.

Classes Sociais	Percentuais
Alta 1	1
Alta 2	3
Média alta 1	5
Média alta 1	10
Média média	47
Média baixa	33
Miséria	1

Fonte: CAMPOS, 2006, p. 115.

De acordo com o IDH-M, Tiradentes está com um médio nível de desenvolvimento, posicionando-se na 1.256^a colocação no Censo 2000, e no 769^o lugar no *ranking* de 2010, dentre os 5.570 municípios brasileiros. A tabela sobre a escolaridade do chefe familiar evidencia a necessidade de investimentos educacionais, mesmo porque 37% da população tiradentina, à época, possuía menos de 20 anos de idade (jovens). De acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2010), quando Tiradentes tinha 6.951 habitantes, existiam 2.022 jovens, ou seja, 29%. Os adultos com idades entre 20 e 59 anos são a maioria (60,5 % da população), e 10,5 % dos tiradentinos concentram-se a partir dos 60 anos de idade, isto é, houve crescimento da longevidade.

A volta da ausência de ensino superior é um fator complicador para a educação em Tiradentes, além do baixo percentual de população entre 18 e 20 anos com ensino médio completo. Por outro lado, a escolaridade vem aumentando no Município.

Tabela 7 - Percentuais de estudantes dos ensinos Fundamental e Médio em Tiradentes, conforme a faixa etária em 1991, 2000 e 2010.

Faixa etária e nível escolar	1991	2000	2010
População de 5 a 6 anos frequentando a escola	49,12	82,64	100,00
População de 11 a 13 frequentando os anos finais do Ensino Fundamental	39,30	67,52	89,50
População de 15 a 17 com Fundamental Completo	13,46	35,54	52,92
População de 18 a 20 com Ensino Médio Completo	8,97	18,90	33,92

Fonte: PNUD, 2013.

A renda ainda é um obstáculo a ser superado: das 1.526 famílias residentes na área urbana contabilizadas pelo Censo 2010 (IBGE, 2010), 13 não tinham rendimentos, 11 tinham renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (SM), 49 entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ SM. Outras 43 famílias percebiam soldo entre $\frac{1}{2}$ e 2 SM. O PIB municipal (em mil reais, IBGE-2009) tem os serviços como líder (37.209), seguido pela indústria (20.091) e pelo setor agropecuário (2.484).

A baixa renda dessas e de outras famílias da cidade – com situação um pouco melhor – são agravadas quando relacionadas com a inexistência do Plano Municipal de Habitação (e que não estava em andamento). Embora a Prefeitura Municipal de Tiradentes (PMT) possua levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, não há qualquer identificação delas: idosos, deficientes, número de dependentes por família, mulheres chefes de família etc. Porém, a PMT possui convênio com o governo estadual para a construção de casas – só na área urbana – mas não havia oferta de material de construção e de lotes, regularização fundiária e urbanização dos assentamentos (IBGE, 2011). Mesmo para quem possui maior poder de compra, Campos (2013, p. 76) alerta para a especulação imobiliária patente em Tiradentes e a consequente dificuldade para a aquisição da casa própria, pois as “imobiliárias da cidade trabalham, atualmente, com preços em torno de 500 mil reais para imóveis nos bairros imediatos ao Centro e de até mais de 1 milhão no próprio Centro”. Por isso, a população local troca o Centro pelos bairros periféricos em expansão, ao vender e alugar suas casas nas áreas centrais para imigrantes e turistas.

Os espaços públicos destinados ao lazer da população local são praticamente inexistentes. As praças de Tiradentes estão pouco equipadas com brinquedos para as crianças. Existe apenas uma quadra poliesportiva, o Ginásio da Prefeitura (que conta também com uma piscina externa), localizado no bairro Parque das Abelhas.

Quanto ao saneamento básico (SB), não há uma política municipal para o setor acerca do/da: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas fluviais etc. Todos esses itens citados são regulados e fiscalizados pela PMT que, porém, não adota mecanismos de controle social para os serviços de SB (como debates e audiências públicas, conferências das cidades, consultas públicas e órgãos colegiados), não há conselho municipal de SB (e nem controle social dos serviços de SB), a exemplo dos conselhos municipais de desenvolvimento urbano, de saúde e de meio ambiente (IBGE, 2011).

A legislação de Tiradentes exige aprovação e implantação de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem e manejo de águas pluviais (incluindo o controle dessas águas e dos efluentes) para novos loteamentos, mas a PMT não possui órgão responsável pela fiscalização e não há lei municipal sobre proteção dos mananciais (IBGE, 2011). A coleta seletiva de lixo também carece de legislação, mas, por outro lado, há um projeto piloto em área restrita de Tiradentes. Contudo, a PMT “não conhece cooperativa e/ou associação de catadores de materiais recicláveis no Município”, afirma o IBGE (2011).

A questão da qualidade de vida relacionada ao ambiente traz como significado a ideia do entorno do indivíduo e isso se apresenta com restrições em Tiradentes, cuja legislação é insuficiente para problemas ambientais que se anunciam – como a poluição da crescente frota de veículos – e para os que já efetivamente assolam o Município, que não possui “plano de redução de riscos” e “renaturalização de rios e córregos, redes e galerias de águas pluviais etc.” (IBGE, 2011).

Tiradentes possui órgão gestor de direitos humanos – sem secretaria específica e vinculado a Assistência Social – com orçamento próprio.

Quadro 3 - Grupos assistidos por programas governamentais em Tiradentes.

Grupos	Assistência
Crianças e adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.	Sim
Ciganos, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexual, população em situação de rua.	Não

Fonte: IBGE, 2011.

Quadro 4 - Programas e ações para crianças e adolescentes em Tiradentes.

Programas e ações (para crianças e adolescentes)	Existência
Enfrentamento à violência letal, lazer, enfrentamento do trabalho infantil, enfrentamento da violência sexual (abuso e exploração), deficientes.	Sim
Desabrigamento, enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto do turismo.	Não

Fonte: IBGE, 2011.

É incrível como o poder público, em todas as suas instâncias, possa desconsiderar a exploração sexual de crianças e adolescentes *no contexto do turismo* para uma cidade que galgou e sedimentou tamanha importância na atividade turística. Observe abaixo que Tiradentes conta justamente – e de forma contraditória – com Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, isolado em um mar de ausências.

Tabela 8 – Existência de Conselhos Municipais em Tiradentes – 2011.

Conselho Municipal	Sim/Não	Ano de Criação
Direitos humanos	N	-
Direitos da criança e adolescentes	S	1998
Conselho tutelar	S	1998
Igualdade racial	N	-
Direitos da pessoa com deficiência	N	-
Política para mulheres	N	-
Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	N	-

Fonte: IBGE, 2011.

Há “meia entrada” para maiores de 65 anos nos espetáculos culturais e eventos desportivos: ou seja, o benefício alcança exíguos menos de 5% da população municipal. Segundo informações do IBGE (2011), por meio da PMT, existe adaptação de espaços culturais, artísticos e desportivos para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida. Contraditoriamente, o prédio-sede da própria Prefeitura não possui rampas, piso tátil,

área especial para desembarque, sinalização para atendimento prioritário, admissão de cão-guia e sanitário acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados arrolados sobre Tiradentes têm um direcionamento: indicar a busca por uma "real" situação da cidade, já que há ainda uma reconhecida deficiência no equipamento urbano que serve os seus moradores, necessitando ampliá-lo e qualificá-lo, confluindo para a sua condição de cidade que ora atende a população "nativa" e ora a uma população visitante.

A despeito dos avanços criados, o turismo trouxe novos problemas para a cidade, conduzindo a novas demandas por equilíbrio socioeconômico, como o acesso à cultura e à moradia, ainda pendentes, fatores intervenientes sobre qualidade de vida e considerados em muitas de suas conceituações.

A amplitude conceitual de qualidade de vida ficou expressa na diversidade dos itens sobre o equipamento urbano disponível em Tiradentes que foram analisados, evidenciando que diante de uma seção empírica, como este estudo de caso, depara-se com uma complexidade social difícil de ser integralmente revelada. Por outro lado, é verificável um claro nexos entre a realidade concreta de Tiradentes e o conceitual aqui trabalhado.

QUALITY OF LIFE AND TOURISM: THEIR INTERECTIONS AND THE CASE OF TIRADENTES CITY

ABSTRACT

The aim of this study is to determine under which conditions the population lives in Tiradentes, which have tourism as its main economic activity since the 1980s. From this point on, the city has received public and private investment to recover its assets and increase tourism; attracted tourists and new residents, valuing properties in the central area; moved its population from downtown to the periphery. In the context of this "tiradentina revolution", the quality of life of its population is analyzed. To show this, the article is divided into two sections: the first, presenting concepts and studies that seek to specify the conditions of life, among which the quality of life was adopted as a concept, and the second, which shows the effects of tourism in Tiradentes through a brief history of its rise and a detailed analysis of its corollaries, with regard to quality of life, such as cultural issues, maintenance of historical and natural population security and patrimony, urban infrastructure - educational, demographic, environmental data, and data on the income of social classes, and public politics that interfere in quality of life.

KEYWORDS: QUALITY OF LIFE. TIRADENTES CITY. SOCIOECONOMIC CONDITIONS. URBAN INFRASTRUCTURE.

REFERÊNCIAS

ABALERON, C. A. Condicionantes Objetivos y Percepción Subjetiva de Calidad de Vida en Areas Centrales y Barrios o Vecindarios. *Revista de Geografia*, n. 5/6, 1986/87, p. 103-142.

ARAÚJO, M. M. P. de. Relações entre a comunidade local e a área histórica de Tiradentes-MG. 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Departamento de Arquitetura, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE TIRADENTES. Lei Orgânica do Município de Tiradentes. Tiradentes: Câmara Municipal de Tiradentes, 2002, 53 p.

CAMPOS, H. R. Transformações urbanas recentes em Tiradentes-MG: anos 80 e 90 do século XX. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2006.

CAMPOS, H. R. Gentrificação na área central de Tiradentes/MG. *Mercator*, v. 12, n. 29, set./dez. 2013, p. 69-87.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Enfrentando o Futuro da Proteção Social: acesso, financiamento e solidariedade*. Santiago: CEPAL, 2006.

CROCKER, D. *Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 31, dez. 1993, p. 99-133.

CRUZ, L. *O futuro de Tiradentes é agora*. Inconfidências, v. 1, n. 4, Tiradentes, mai. 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. *Plano de organização espacial e preservação do Centro Histórico de Tiradentes (v. 1)*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Planejamento, 1980, 187 p.

GIOVANNINI JR., O. *Cidade presépio em tempos de paixão. Turismo e religião: tensão, negociação e inversão na cidade histórica de Tiradentes*. In: BANDUCCI JR., A.; BARRETO, M. (Orgs.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001, p. 149-174.

GUIMARÃES, S. T. de L. *Nas trilhas da qualidade: algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida*. Geosul, v. 20, n. 40, jul./dez. 2005, p. 7-26.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em: 10 Fev. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos municípios brasileiros*. 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br/munic2011. Acessado em: 21 Jan. 2016.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo Educacional - 2009*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

MORATO, F. S.; KAWAKUBO, R. G.; LUCHIARI, A. *Avaliação da qualidade de vida urbana no Município de Embu por meio de técnicas de geoprocessamento*. Geosp: espaço e tempo, nº 23, 2008, p. 149-163.

OLIVEIRA, J. dos S. *Subsídios visando a elaboração de um Plano Diretor para o Município de Tiradentes - MG*. 2004. 249 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Departamento de Engenharia Civil, UFF, Rio de Janeiro, 2004.

PELLEGRINI FILHO, A. *Turismo cultural em Tiradentes: estudo de metodologia aplicada*. São Paulo: Manole, 2000, 188 p.

PIRES, M. J. *Metodologia de inventário e de atratividade em bens histórico-culturais: o caso de Tiradentes*. In: PIRES, M. J. *Lazer e turismo cultural*. Barueri: Manole, 2001, p. 107-130.

PIZZIO, A. O que define os pobres como pobres: controvérsias acerca do conceito de pobreza. *Ágora*, v. 5, nº 1, ago. 2010, p. 96-117.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desenvolvimento Humano e IDH. 2013. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimientoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH. Acessado em: 10 Fev. 2013.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Índice de Desenvolvimento Humano (Atlas 2013). 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/ranking-idhm-2010.pdf>. Acessado em: 31 Jul. 2013.

RAMOS, B. A. et al. Percepção de impactos causados pela atividade turística por empreendedores prestadores de serviços da cidade de Tiradentes – MG. 2009. Disponível em: www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares.../Tiradentes.pdf Acessado em: 11 Fev. 2103.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: EDUSP, 2009, 174 p.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, 409 p.

SOUZA, M. V. de. Cidades, sociedades e modos de vida. Disponível em: www.each.usp.br/gpp/.../Ciudades_Sociedades_Modos_Vida.pdf. Acessado em: 18 Fev. 2013.

Cronologia do Processo Editorial

Recebido em: 16. fev. 2018

Aprovação Final: 29. jun. 2018

Referência (NBR 6023/2002)

CAMPOS, Helcio Ribeiro. Qualidade de vida e turismo: suas relações e o caso de Tiradentes/MG. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 7, n. 1, p. 80-111, jan./jun. 2018.